

BOLETIM 807

Brasília, 10 de junho de 2019

Movimento sindical organiza bases e define paralisações dia 14

A menos de uma semana da Greve Geral, Metroviários, Bancários, Metalúrgicos e Químicos, entre outros, realizam assembleias pra definir como será a participação, no dia 14 de junho. Quarta (5), o setor do Transporte aprovou adesão ao movimento, o que reforça ainda mais a mobilização. Luiz Gonçalves, que é condutor e preside a Nova Central Sindical SP, avalia: "A disposição da categoria é por uma greve nacional e forte dia 14".

Químicos - Sergio Luiz Leite, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de SP, ligada à Força Sindical, tem percorrido cidades do Interior nas assembleias, falou à Agência Sindical. Serginho explica: "A mobilização ocorre de diversas formas. Em certas cidades há plenárias unificadas com Centrais, Confederações, Federações e Sindicatos, como a que ocorreu em São Paulo. Em outras, por setor ou categoria. A orientação é protestar, seja com paralisações rápidas, atos em locais de concentração popular ou dentro dos locais de trabalho".

Bancários - O Sindicato de São Paulo e Osasco realiza assembleia pra decidir sobre a Greve Geral. Desde quarta (5), o Sindicato realiza assembleias nos locais de trabalho pra ouvir a categoria. "A proposta de Bolsonaro joga a conta do suposto déficit da Previdência no colo dos mais pobres. Essa reforma mantém privilégios e fará com



que os trabalhadores morram antes de se aposentar. Razões não faltam pra que a categoria participe da Greve. Só uma paralisação forte poderá barrar os ataques a nossos direitos e, no futuro, de nossos filhos", salienta a presidente do Sindicato, Ivone Silva.

Osasco - A organização da Greve Geral está sendo coordenada pelo (Conselho Intersindical Saúde e Seguridade Social. Essa decisão foi tomada em plenária do sindicalismo local, terça (4), reunindo Centrais, Federações, Sindicatos e entidades da sociedade civil. Os Metalúrgicos apoiam a Greve Geral e decidirão o formato do protesto em seminário que ocorrerá na sede, amanhã (8), às 9 horas.

Curitiba - Para Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, a categoria está mobilizada pra defender Educação e Previdência.

Fonte: Agência Sindical

NOVA AMEAÇA AOS TRABALHADORES

Governo fará proposta de cinco novas NRs

O governo apresentará ainda neste mês proposta de cinco novas Normas Regulamentadoras (NRs), disse sexta-feira (7) o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, que usou o termo “revisitar” para se referir às alterações. Ele não citou os setores envolvidos.

Ao garantir que o Executivo se preocupa com a saúde e a segurança do trabalhador, o secretário – autor do substitutivo que resultou na Lei 13.467, de “reforma” trabalhista, e um dos condutores do projeto de “reforma da Previdência” – afirmou que é preciso garantir bom senso no setor. Nesse sentido, observou que as NRs representam um problema. “O Brasil não pode ser uma fábrica de geração de empecilhos, de obstáculos”, declarou, durante evento na sede do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon).

Segundo Marinho, as cinco NRs fazem parte de um cronograma que o Executivo pretende apresentar ao longo do ano. A “simplificação” das normas que regem a saúde e a segurança nos vários setores de atividade é motivo de preocupação para sindicatos e o Ministério Público, que já se manifestaram a respeito. O MPT lembrou que as mudanças sempre são discutidas de forma tripartite.

Fonte: Rede Brasil Atual



Após greve, construção civil de SP conquista acordo com reajuste e benefícios

Após paralisação em 35 grandes obras em São Paulo, iniciada no dia 27 de maio, os trabalhadores da construção civil conquistaram o melhor acordo dos últimos dez anos, especialmente nas cláusulas sociais.

A Convenção Coletiva foi assinada no dia 5, na sede do sindicato patronal, “depois de longa negociação, mas com avanços para a categoria”, diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP), Antônio de Souza Ramalho, o Ramalho da Construção.

O acordo, que beneficia 270 mil trabalhadores, passa a vigorar imediatamente. Entre as principais conquistas estão, reajuste salarial de 5,7%, seguro de vida obrigatório para todos os trabalhadores, vale-alimentação de R\$ 315,00, ou vale-refeição de R\$ 22,22, ou almoço avaliado por um nutricionista e acompanhado pelo sindicato em canteiros de obras com mais de 120 trabalhadores; além de estabilidade de até 30 dias (após a greve) para todos os trabalhadores, ou seja, ninguém pode ser demitido neste período.

Fonte: Portal HP



Bolsonaro mente sobre faltar recursos para benefícios, diz oposição

Bolsonaro disse neste domingo (9) que a oposição está trabalhando para inviabilizar o pagamento de benefícios do Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pagos aos deficientes e idosos pobres, Plano Safra e Pronaf. Ele faz referência a decisão da Comissão Mista de Orçamento (CMO), formada por deputados e senadores, que adiou a votação do projeto de lei projeto de lei (PLN) 4, que autoriza a obtenção pelo governo federal de um crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões.

“O Governo diz que o PLN4 é imprescindível, mas na verdade é uma burla à chamada regra de ouro. Pedem dinheiro para pagar juros, mas não podem confessar. Aí fazem chantagem e terrorismo. Para os gastos sociais o orçamento já está garantido. Governo mente mais uma vez”, rebateu neste domingo, no Twitter, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

Segundo o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), parlamentares da oposição e de partidos aliados ao governo de Bolsonaro se recusam a dar um “cheque em branco” ao executivo.

Paulo Pimenta (PT-RS), líder do PT na Câmara, diz que para justificar a sua incompetência, Bolsonaro quer jogar a população contra o Congresso Nacional, especialmente contra a oposição, que é minoria e não tem sequer 30% das cadeiras no parlamento.

Fonte: Portal Vermelho

OIT volta a analisar reforma trabalhista brasileira

A Comissão de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) volta a analisar, a partir desta semana, a denúncia de que a Lei 13.467/2017,, conhecida como reforma trabalhista, fere a Convenção 98 da agência multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário. Composta por representantes dos Estados-Membros (governos, empregadores e trabalhadores), a comissão se reunirá durante a Conferência Internacional do Trabalho, que começa hoje (10), em Genebra (Suíça), e segue até o próximo dia 21.

Aprovada pela OIT em 1949 e ratificada pelo Brasil em 1952, durante o governo de Getúlio Vargas, a Convenção 98 estabelece regras de proteção aos direitos de trabalhadores brasileiros, como a filiação sindical e a participação em negociações coletivas.

A denúncia de que as mudanças nas leis trabalhistas que entraram em vigor em novembro de 2017 contrariam a convenção foi apresentada à OIT pelas centrais sindicais, antes mesmo da aprovação da lei pelo Congresso Nacional. As entidades de trabalhadores sustentam que as mudanças trazidas pela reforma trabalhista foram aprovadas sem a devida consulta aos trabalhadores.

O principal questionamento das centrais sindicais diz respeito ao ponto que estabelece que os acordos assinados após negociações coletivas entre patrões, empregados e seus respectivos sindicatos podem se sobrepor a determinados aspectos previstos na CLT. Ou seja, dentro de certos limites, o negociado prevalece sobre o legislado.

Fonte: Agência Brasil

Empresas precisam de interlocutores fortes e comemorar ‘fim’ de sindicatos é errado, diz negociador patronal

Comemorar uma possível “extinção” de sindicatos de trabalhadores como efeito das mudanças na legislação é um comportamento equivocado, segundo o advogado Renato Franco Corrêa da Costa, consultor e negociador patronal, que participou nesta sexta-feira (7) de debate promovido pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon). “Precisamos de segurança. Se a prevalência do negociado sobre o legislado é tão importante, para sobreviver precisamos de interlocutores fortes”, afirmou, ao lado do desembargador Davi Furtado Meirelles, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) **(foto)**.

O principal tema do debate era a questão do custeio, atingida pela Medida Provisória (MP) 873, editada em 1º de março, uma sexta-feira de carnaval, que dificultou ainda mais o financiamento das entidades. A “MP do boleto”, como definiu o advogado, foi “muito desastrosa”. Ainda que ele considere excessivo o número de entidade no Brasil, Costa acredita que “vibrar com fim de sindicato é uma visão equivocada”, acrescentando que é melhor ter “um sindicato duríssimo” no outro lado da mesa de negociação, para garantir a validade e legitimidade do acordo. “O que a gente negocia tem de valer”, observou. Ele citou a convenção coletiva do setor financeiro, em que atua – representantes dos bancários e dos banqueiros têm acordo de abrangência nacional.

O juiz do maior TRT do país considera que a MP 873, que pode “caducar” no final do mês, tem



inconstitucionalidade “flagrante e cristalina”. Mesmo que seja votada no Congresso, ele acredita que “não para em pé” no Supremo Tribunal Federal (STF), que já recebeu ações de questionamento da medida.

Para o desembargador, a lei que resultou na “reforma trabalhista” foi feita sem a participação dos “principais interessados”: sindicatos (de trabalhadores e empresários), juízes e Ministério Público. Ele citou avanços obtidos durante o Fórum Nacional do Trabalho, no início do primeiro governo Lula, em que as partes conseguiram obter “consenso mínimo” sobre mudanças na legislação, que não foram adiante no parlamento.

Ex-advogado de entidades de trabalhadores, Meirelles lembrou que sempre foi contrário à contribuição sindical obrigatória, chamada de imposto sindical, mas defendeu a necessidade de manter uma fonte de receita para sindicatos que efetivamente negociam. Ele citou um voto vencido do ministro Edson Fachin no STF, ao lembrar que a estrutura brasileira tem um tripé formado pelo princípio da unicidade, o custeio e a representação. No Brasil, foi alterada apenas uma “perna” desse tripé, a da contribuição, comprometendo todo o sistema.

Fonte: Rede Brasil Atual



CCJ DA Câmara aprova emissão eletrônica da carteira de trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (6) projeto de lei que permite a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em meio eletrônico, se houver requerimento escrito do trabalhador.

O PL 7705/14 determina que regulamento do Poder Executivo disciplinará a transferência das informações contidas no documento físico para o meio eletrônico. O texto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT- Decreto-Lei 5.452/43).

De autoria do Senado Federal, o projeto recebeu parecer favorável do deputado Alceu Moreira (MDB-RS). Ele apresentou uma emenda de redação apenas para adequar a proposta às regras da técnica legislativa, sem interferir no conteúdo.

Como foi aprovado em caráter conclusivo pelos deputados e já passou pelo Senado, o projeto deve seguir agora para sanção presidencial, a menos que haja recurso para que a decisão final na Câmara seja em Plenário.

A CTPS é emitida pelas superintendências regionais do Trabalho e Emprego, vinculadas ao Ministério da Economia, ou por órgãos estaduais e municipais conveniados ao governo federal.

Fonte: Agência Câmara

Psol anuncia ações contra Moro e Dallagnol

O PSOL entrará com uma série de iniciativas pela apuração das denúncias de manipulação da Operação Lava Jato, apontadas pelo site The Intercept Brasil. Logo após a publicação das reportagens, o líder da bancada, deputado Ivan Valente (PSOL-SP), anunciou que pedirá a convocação do ministro da Justiça, Sérgio Moro, que foi o principal juiz da operação, para que ele se explique no plenário da Câmara e também na Comissão de Justiça. O PSOL também entrará com uma representação contra o procurador Deltan Dallagnol no Conselho Nacional do Ministério Público.

O The Intercept publicou ontem três reportagens e anuncia novas abordagens mostrando discussões internas e atos controversos, politizados e legalmente duvidosos da força-tarefa da Lava Jato, coordenada por Dallagnol em colaboração com Moro. A série de reportagens se baseia em arquivos inéditos de textos, áudios, vídeos, fotos e documentos judiciais enviados por fonte anônima e foi reproduzida em inglês no The Intercept.

Fonte: Brasil247

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS